

PREGÃO ELETRÔNICO

90006/2026

CONTRATANTE (UASG)

(160219)

OBJETO

Aquisição de material de intendência — Bandeiras Nacionais bordadas, insígnias — bem como a prestação de serviços de confecção de Tiro de Guerra, distintivos de Organização Militar e sutaches bordados em camisas do 9º e 14º uniformes do Exército Brasileiro (identificação de posto/graduação/assemelhado e nomes de guerra nas camisas meia-manga camufladas e sem manga brancas), destinados ao fardamento de identificação dos atiradores de 19 Tiros de Guerra vinculados à 5ª Região Militar.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 119.680,88

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Conforme data publicada no Compras.net/PNCP

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por item

MODO DE DISPUTA:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS
SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO.....	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	14
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	17
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	17
13. DOS RECURSOS.....	18
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	19
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	21
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	21



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
5ª REGIÃO MILITAR
“REGIÃO HERÓIS DA LAPA”**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90006/2026
(Processo Administrativo nº 64317.008643/2026-68)

Torna-se público que o Comando da 5ª Região Militar, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, sediado no Forte do Pinheirinho – Rua 31 março, s/n, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é aquisição de material de intendência — Bandeiras Nacionais bordadas, insígnias — bem como a prestação de serviços de confecção de Tiro de Guerra, distintivos de Organização Militar e sutaches bordados em camisetas do 9º e 14º uniformes do Exército Brasileiro (identificação de posto/graduação/assemelhado e nomes de guerra nas camisetas meia-manga camufladas e sem manga brancas), destinados ao fardamento de identificação dos atiradores de 19 Tiros de Guerra vinculados à 5ª Região Militar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. *Para todos os grupos a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.7. *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.8. *Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.*

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.2 deste Edital.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções

coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 *valor unitário e total do item;*

6.1.2 *marca*

6.1.3 *fabricante;*

6.1.4 *Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de serviços contidos no termo de referência*

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

- 6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 0,01 (um centavo)*.
- 7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.
- 7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1 empresas brasileiras;

7.21.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 8.1.1 Sicaf;
- 8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
- 8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
- 8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.8.1 conter vícios insanáveis;
- 8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

- 8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por via digital idônea.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: salc5rm@eb.mil.br.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [<https://www.gov.br/compras/edital/160219-5-90006-2026>].

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:


16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Forte do pinheirinho em Curitiba-PR, 08 de maio de 2026.

Documento assinado digitalmente
 **WAGNER SOARES DE AGUIAR**
Data: 11/05/2026 14:07:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

WAGNER SOARES DE AGUIAR – Cel R1
Ordenador de Despesas

COMANDO 5 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 5/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
5/2026	160219-COMANDO 5 REGIAO MILITAR	TACIANE ROCHA	11/05/2026 11:25 (v 0.11)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64317.008643/2026-68

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto deste Termo de Referência abrange a aquisição de material de intendência — **Bandeiras Nacionais bordadas, insígnias de Tiro de Guerra, distintivos de Organização Militar e sutaches bordados** — bem como a prestação de serviços de confecção de bordados em camisetas do 9º e 14º uniformes do Exército Brasileiro (**identificação de posto/graduação/assemelhado e nomes de guerra nas camisetas meia-manga camufladas e sem manga brancas**), tudo conforme as especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo a este Termo e seguindo as seguintes condicionantes:

Da dotação de disponibilidade financeira

1.1.1. A aquisição dos itens objeto deste Termo de Referência ficará estritamente condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira no momento da contratação.

1.1.2. As quantidades descritas nas planilhas de itens a seguir são estimativas máximas de consumo, podendo a Administração, a seu exclusivo critério e conveniência, adquirir quantidades inferiores às previstas, conforme a disponibilidade de recursos em tela, sem que caiba ao fornecedor qualquer direito a indenização ou reclamação.

Aquisições destinadas ao processo licitatório de 2026, com previsão de empenho e demais fases processuais no referido ano.

1.2. A modelagem da contratação, estruturada em lotes regionais, seguirá a seguinte distribuição, constante na tabela abaixo:

LOTE REGIONAL	TIROS DE GUERRA
LOTE REGIONAL NR 01	TG 05-001 (CAMBARÁ - PR)
	TG 05-002 (CORNÉLIO PROCÓPIO - PR)
	TG 05-003 (LONDRINA - PR)
	TG 05-004 (SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR)
	TG 05-007 (JACAREZINHO - PR)
	TG 05-013 (BANDEIRANTES - PR)
LOTE REGIONAL NR 02	TG 05-009 (MARINGÁ-PR)
	TG 05-010 (PARANAVAÍ-PR)
	TG 05-016 (NOVA ESPERANÇA-PR)
	TG 05-017 (LOANDA-PR)
LOTE REGIONAL NR 03	TG 05-011 (CIANORTE-PR)
	TG 05-012 (UMUARAMA - PR)
	TG 05-019 (CAMPO MOURÃO - PR)

LOTE REGIONAL NR 04	TG 05-015 (ASSIS CHATEAUBRIAND - PR)
	TG 05-018 (MEDIANEIRA - PR)
LOTE REGIONAL NR 05	TG 05-020 (CAMPO LARGO - PR)
LOTE REGIONAL NR 06	TG 05-006 (CAÇADOR - SC)
	TG 05-008 (JOAÇABA - SC)
LOTE REGIONAL NR 07	TG 05-005 (BRUSQUE - SC)

1.3. Os quantitativos dos bens e serviços a serem entregues nos Tiros de Guerra em 2026 estão discriminados no subitem 5.1 deste Termo de Referência, conforme o planejamento a seguir:

1.3.1. Lote Regional Nr 01

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE O CADARÇO DE IDENTIFICAÇÃO DO EXÉRCITO (SUTACHE) SERÁ CONFECCIONADO EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE-MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA, COM O DÍSTICO "EXÉRCITO" BORDADO NA COR PRETA, CENTRALIZADAMENTE, EM LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA E ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM ENTRE AS LETRAS E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.109 DO ANEXO A, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	614122	UNIDADE	501	R\$ 8,80	R\$4.408,80
	2	IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO	10030	UNIDADE	902	R\$ 10,00	R\$9.020,00

	<p>EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
3	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECCÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	451	R\$ 10,00	R\$ 4.510,00
4	<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E/OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	501	R\$ 7,50	R\$ 3.757,50
5	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512</p>	609834	UNIDADE	501	R\$ 12,92	R\$ 6.472,92

	<p>TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
6	<p>BANDEIRA DO BRASIL BORDADA</p> <p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS , TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624886	UNIDADE	501	R\$ 14,90	R\$ 7.464,90
VALOR TOTAL: R\$ 35.634,12						

1.3.2. Lote Regional Nr 02

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<p>SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO</p>					

2	7	<p>NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	383	R\$ 8.80	R\$ 3.370,40
	8	<p>IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	766	R\$ 10.00	R\$ 7.660,00
	9	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS,</p>	10030	UNIDADE	383	R\$ 10,00	R\$ 3.830,00

	<p>AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
10	<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	383	R\$ 7,50	R\$ 2.872,50
11	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	609834	UNIDADE	383	R\$ 12,92	R\$ 4.948,36
12	<p>BANDEIRA DO BRASIL BORDADA</p> <p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO</p>	624886	UNIDADE	383	R\$ 14,90	R\$ 5.706,70

	CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.					
VALOR TOTAL: R\$ 28.387,96						

1.3.3. Lote Regional Nr 03

- Os detalhamentos das especificações dos itens objetos de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.3.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	13	SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR). DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	614122	UNIDADE	340	R\$ 8.80	R\$ 2.992,00
	14	IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO	10030	UNIDADE	380	R\$ 10.00	R\$ 3.800,00

	<p>POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
15	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	190	R\$ 10,00	R\$ 1.900,00
16	<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	340	R\$ 7,50	R\$ 2.550,00
	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE</p>					

17	<p>NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	609834	UNIDADE	340	R\$ 12,92	R\$ 4.392,80
18	<p>BANDEIRA DO BRASIL BORDADA</p> <p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624886	UNIDADE	62	R\$ 14,90	R\$ 923,80
VALOR TOTAL: R\$ 16.558,60						

1.3.4. Lote Regional Nr 04

- Os detalhamentos das especificações dos itens objetos de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.3.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	19	<p>SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES</p>	614122	UNIDADE	100	R\$ 8.80	R\$ 880,00

4		<p>SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
	20	<p>IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
	21	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00

22	<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
23	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	609834	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1.292,00
24	<p>BANDEIRA DO BRASIL BORDADA</p> <p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624886	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1.292,00
VALOR TOTAL: R\$ 7.214,00						

1.3.5. Lote Regional Nr 05

- Os detalhamentos das especificações dos itens objetos de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.3.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	25	<p>SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	50	R\$ 8.80	R\$ 440,00
	26	<p>IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p>	10030	UNIDADE	100	R\$ 10.00	R\$ 1.000,00

	MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.					
27	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	50	R\$ 10,00	R\$ 500,00
28	<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	50	R\$ 7,50	R\$ 375,00
29	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p>	609834	UNIDADE	50	R\$ 12,92	R\$ 646,00

		SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE. ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.					
30		BANDEIRA DO BRASIL BORDADA A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	624886	UNIDADE	50	R\$ 12,92	R\$ 646,00
VALOR TOTAL: R\$ 3.607,00							

1.3.6. Lote Regional Nr 06

- Os detalhamentos das especificações dos itens objetos de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.3.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	31	SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).	614122	UNIDADE	100	R\$ 8.80	R\$ 880,00

		<p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
	32	<p>IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	200	R\$ 10,00	R\$ 2.000,00
6	33	<p>IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
		<p>INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA</p>					

34	<p>EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624020	UNIDADE	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
35	<p>DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	609834	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1.292,00
36	<p>BANDEIRA DO BRASIL BORDADA</p> <p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624886	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1292,00
VALOR TOTAL: R\$ 7.214,00						

1.3.7. Lote Regional Nr 07

- Os detalhamentos das especificações dos itens objetos de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.3.1 deste Termo de Referência.

--	--	--	--	--	--	--	--

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	37	<p>SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	100	R\$ 8.80	R\$ 880,00
	38	<p>IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA</p> <p>SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA NA PARTE FRONTAL E CENTRALIZADA, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR VERDE FOLHA CLARA, APROXIMADAMENTE A 80 MM DA BORDA INFERIOR DA GOLA E CENTRALIZADA EM RELAÇÃO ÀS COSTURAS DAS MANGAS, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12 MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3 MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 MM ENTRE O FINAL DO POSTO/GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA. A ABREVIATURA DA GRADUAÇÃO DEVERÁ SER A DE ATIRADOR (AT), TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.42, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	10030	UNIDADE	200	R\$ 10.00	R\$ 2.000,00
		IDENTIFICAÇÃO DO POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA					

39	SERVIÇO DE CONFEÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO OU ASSEMELHADOS E DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER APLICADA E CENTRALIZADA, NA PARTE FRONTAL, PELO PROCESSO BORDADO, NA COR PRETA, APROXIMADAMENTE A 60MM DO DEGOLO, TENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS DO TIPO ARIAL COM 12MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 3MM ENTRE AS LETRAS E DE 15MM ENTRE O FINAL DO POSTO /GRADUAÇÃO E O INÍCIO DO NOME DE GUERRA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.41, DO ANEXO A - PEÇAS, AGASALHOS E ACESSÓRIOS, DO REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (NOMES A DEFINIR).	10030	UNIDADE	100	R\$ 10,00	R\$ 1.000,00
	DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.					
	MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.					
40	INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE AS INSÍGNIAS DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE SERÃO CONFECCIONADAS EM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21% PVC) RESINADO, COM DIMENSÕES 50 MM X 50 MM, NA COR VERDE MILITAR, PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, BORDADOS EM LINHA PRETA, PANTONE BLACK C E LINHA VERDE CLARA, PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF. NÃO É PERMITIDO O USO DE INSÍGNIAS CONFECCIONADAS PELOS PROCESSOS DE SUBLIMAÇÃO OU SERIGRAFIA E /OU COM O USO DE PANTONES DIFERENTES DO PREVISTO, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 1.3, DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	624020	UNIDADE	100	R\$ 7,50	R\$ 750,00
41	DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE O DOM SERÁ BORDADO E DEVE POSSUIR A DIMENSÃO DE 58 MM X 80 MM, CONFECCIONADOS EM LONA DE NYLON PVC, NA COR VERDE MILITAR (PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN), E LINHAS VERDE-CLARO (PANTONE 17-1310 TCX TIMBER WOLF) E PRETA (PANTONE BLACK C). APLICADO NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO DIREITO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.15.2 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025. SERÁ CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE. ESPECIFICAÇÕES CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	609834	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1.292,00
	BANDEIRA DO BRASIL BORDADA					

42	<p>A BANDEIRA NACIONAL SERÁ BORDADA COM LINHA 100% POLIÉSTER 120, APRESENTANDO FORMATO E AS CORES DA BANDEIRA DO BRASIL, NAS DIMENSÕES 56 MM X 80 MM. O CAMPO UNIVERSAL VERDE PODE SER EM LONA OU BORDADO. É VEDADA POR LEI A ALTERAÇÃO DAS CORES DA BANDEIRA NACIONAL (ART. 31 DA LEI Nº 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971). SENDO ASSIM, NÃO É PERMITIDA A SUBSTITUIÇÃO DAS CORES, AINDA QUE PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DE CAMUFLAGEM. APLICADA NOS VELCROS DO BOLSO DO BRAÇO ESQUERDO DOS UNIFORMES OPERACIONAIS, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NA ALÍNEA NO ITEM 2.8 DO ANEXO B, REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	624886	UNIDADE	100	R\$ 12,92	R\$ 1.292,00
VALOR TOTAL: R\$ 7.214,00						

Aquisições destinadas ao processo licitatório de 2026, com previsão de empenho ainda no corrente ano e entrega e o faturamento em 2027

1.4. Aquisições destinadas ao processo licitatório de 2026 com previsão de entrega em 2027 e que preveem o empenho ainda no corrente ano, de forma a garantir a reserva do crédito orçamentário. Como a entrega e o faturamento ocorrerão no ano seguinte, o empenho será inscrito em Restos a Pagar Não Processados. Isso significa que as etapas de liquidação e o efetivo pagamento serão realizados em 2027. Sendo assim, a entrega dos itens nos Tiros de Guerra deverá ocorrer de forma a atender a demanda dos atiradores matriculados em 2027

1.5. A modelagem da contratação, estruturada em lotes regionais, seguirá a mesma distribuição constante no subitem 1.2 deste Termo de Referência.

1.6. Os quantitativos dos bens e serviços a serem entregues nos Tiros de Guerra em 2027 estão discriminados no subitem 5.2 deste Termo de Referência, conforme o planejamento a seguir:

1.6.1. Lote Regional Nr 01

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	43	<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE)</p>	614122	UNIDADE	501	R\$ 8,80	R\$ 4.408,80

	<p>MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>					
VALOR TOTAL: R\$ 4.408,80						

1.6.2. Lote Regional Nr 02

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	44	<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	383	R\$ 8,80	R\$ 3.370,40
	VALOR TOTAL: R\$ 3.370,40						

1.6.3. Lote Regional Nr 03

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	45	<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	340	R\$ 8,80	R\$ 2.992,00
	VALOR TOTAL: R\$ 2.992,00						

1.6.4. Lote Regional Nr 04

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO</p>					

11	46	NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).	614122	UNIDADE	100	R\$ 8,80	R\$ 880,00
	VALOR TOTAL: R\$ 880,00						

1.6.5. Lote Regional Nr 05

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	47	SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).	614122	UNIDADE	50	R\$ 8,80	R\$ 440,00
	VALOR TOTAL: R\$ 440,00						

1.6.6. Lote Regional Nr 06

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	48	<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR).</p> <p>DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE.</p> <p>MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.</p>	614122	UNIDADE	100	R\$ 8,80	R\$ 880,00
	VALOR TOTAL: R\$ 880,00						

1.6.7. Lote Regional Nr 07

- Os detalhamentos das especificações do item objeto de contratação são os mesmos daqueles constantes no subitem 1.6.1 deste Termo de Referência.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		<p>SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO COM BORDADO - NOME DE GUERRA</p> <p>O SUTACHE DO NOME DE GUERRA DEVERÁ SER CONFECCIONADO COM LONA EM NYLON PVC (79% POLIÉSTER E 21 % PVC) RESINADA NA COR VERDE MILITAR, REFERÊNCIA PANTONE 19-0512 TCX IVY GREEN, MEDINDO 25 (VINTE E CINCO) MM DE LARGURA E 140 (CENTO E QUARENTA) MM DE COMPRIMENTO, COM BORDA NA COR PRETA COM 1 (UM) MM DE ESPESSURA. O NOME DE GUERRA DEVE SER BORDADO NA COR PRETA, SENDO AS LETRAS MAIÚSCULAS E DO</p>					

14	49	TIPO ARIAL, COM 12 (DOZE) MM DE ALTURA, ESPESSURA DE 2 (DOIS) MM E ESPAÇAMENTO VARIÁVEL CONFORME A EXTENSÃO DO NOME, OBSERVANDO-SE A DISTÂNCIA MÁXIMA DE 3 (TRÊS) MM, ENTRE AS LETRAS, E DE 15 (QUINZE) MM ENTRE OS NOMES, EM CASO DESSES SEREM DUPLOS, CENTRALIZADAS NO REFERIDO CADARÇO E APLICADO POR MEIO DE VELCRO NA COR VERDE-OLIVA, TUDO CONFORME O PRECONIZADO NO ITEM 2.110.1, DO ANEXO A REGULAMENTO DE UNIFORMES DO EXÉRCITO – RUE (EB10-R-12.004), 5ª EDIÇÃO, 2025 (RUE ANTIGO) (NOMES A DEFINIR). DEVERÁ SER ENTREGUE CONFORME GRAFIA E SOLICITAÇÃO DO REQUISITANTE. MODELO CONFORME EXEMPLO NO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR.	614122	UNIDADE	100	R\$ 8,80	R\$ 880,00
VALOR TOTAL: R\$ 880,00							

1.7. Os serviços de bordados em camisetas camufladas e brancas incidirão sobre peças que já se encontram em posse dos atiradores dos Tiros de Guerra supracitados. Para tanto, a empresa contratada poderá subcontratar empresas locais nos municípios sede para a prestação desse serviço, ou arcar integralmente com os custos logísticos de transporte, compreendendo o recolhimento das camisetas nos Tiros de Guerra de origem e a sua devolução após a conclusão do serviço, ou, ainda, deslocar seus meios de confecção para as cidades dos TG atendidos.

1.8. A entrega dos Distintivos de Organização Militar (DOM) prevista para 2026 está condicionada à aprovação da arte e da grafia por meio de portaria publicada em Boletim do Exército, mediante parecer técnico da Secretaria-Geral do Exército (SGEx) ou outra norma regulamentar publicada pelo Exército Brasileiro. Visando à otimização logística e à redução de custos com frete, a distribuição poderá ser postergada para 2027, ocorrendo simultaneamente à entrega dos sutaches de identificação.

1.9. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.10. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, não sendo o objeto atividade de custeio.

1.11. O prazo de vigência da contratação será de 12 meses contados a partir da Ata, na forma Artigo 105 da Lei 105 nº 14.133, de 2021.

1.12. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.13. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.14. O objeto deste Termo de Referência, que compreende a prestação de serviços de bordados e a aquisição de insígnias, sutaches e bombachas, será licitado em lotes regionais, visando ampliar a ampla competitividade e permitir a participação de micro e pequenas empresas locais, em conformidade com o princípio do parcelamento do objeto.

1.15. A justificativa para a solução do objeto por lotes regionais visa agrupar os 19 (dezenove) Tiros de Guerra da 5ª RM por proximidade geográfica nos Estados do Paraná e Santa Catarina, otimizando a logística de distribuição sem sacrificar a padronização, que permanece garantida pelo rigoroso detalhamento técnico realizado no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Termo de Referência.

1.16. Em observância ao princípio do parcelamento previsto no Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, será permitida a participação de uma mesma empresa em múltiplos lotes, inexistindo vedação para que uma única licitante sagre-se vencedora de mais de um ou de todos os lotes constantes no certame, desde que comprovada a respectiva habilitação técnica e capacidade operacional para o atendimento concomitante das demandas e localidades adjudicadas.

1.17. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências de habilitação e as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, anexo deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

4.1.2. As empresas deverão observar os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.3. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.1.4. Os materiais não poderão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não se aplica a este processo.

Da exigência de amostra

4.3. Não se aplica a este processo, haja visto o serviço estar detalhado na confecção dos respectivos itens.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não se aplica a este processo.

Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, devido a peculiaridade da distribuição territorial dos Tiros de Guerra da área jurisdicional da 5ª Região Militar, localizados em 19 (dezenove) municípios nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

4.5.1. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.5.1.1. Serviços de identificação com bordado nas camisetas meia-manga camufladas, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

4.5.1.2. Serviços de identificação com bordado nas camisetas sem manga brancas, conforme consta no Estudo Técnico Preliminar.

- 4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação bem como realizar o devido recolhimento das camisetas e entrega posterior, no respectivo Tiro de Guerra.
- 4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 4.9. A subcontratação é uma estratégia interna da empresa contratada e não justifica o reequilíbrio econômico-financeiro (revisão de preços) para aumentar o valor do contrato.
- 4.10. A subcontratada é um custo ou parceiro da contratada, não da Administração. A Administração paga o preço acordado no escopo fechado.
- 4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Garantia da contratação

- 4.12. Não haverá exigência da prestação de garantia para esta contratação, conforme faculdade prevista no art. 96, caput, da Lei nº 14.133/2021. A dispensa justifica-se pela baixa complexidade do objeto e pelo baixo risco financeiro envolvido, uma vez que se trata de aquisição de itens de uniformes militares e serviços de bordado de natureza comum. Ademais, a ausência de garantia amplia a competitividade entre micro e pequenas empresas e não gera prejuízo à Administração, visto que o pagamento será condicionado à prévia entrega e aceitação dos materiais, garantindo que o erário apenas remunere o serviço efetivamente prestado e o bem recebido.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução do objeto para os atiradores matriculados em 2026

- 5.1. O prazo de entrega é de **30 dias corridos**, contados a partir do envio da Nota de Empenho aos e-mails informados na proposta ou cadastrados no **Sicaf**. É responsabilidade da detentora da ata manter tais canais monitorados, sendo o envio considerado notificação oficial para fins de contagem de prazo. As quantidades seguem o cronograma abaixo:

5.1.1. Lote Regional Nr 01

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-001	40
	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
	TG 05-007	50
	TG 05-013	61
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-001	80
	TG 05-002	200
	TG 05-003	400
	TG 05-004	100
	TG 05-007	-
	TG 05-013	122
	TG 05-001	40

SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
	TG 05-007	-
	TG 05-013	61
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-001	40
	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
	TG 05-007	50
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-013	61
	TG 05-001	40
	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-007	50
	TG 05-013	61
	TG 05-001	40
	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
	TG 05-007	50
	TG 05-013	61

5.1.2. Lote Regional Nr 02

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-009	400
	TG 05-010	200
	TG 05-016	84
	TG 05-017	82
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41

5.1.3. Lote Regional Nr 03

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-011	90
	TG 05-012	150
	TG 05-019	100
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-011	180
	TG 05-012	-
	TG 05-019	200
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-011	90
	TG 05-012	-
	TG 05-019	100
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-011	90
	TG 05-012	150
	TG 05-019	100
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-011	90
	TG 05-012	150
	TG 05-019	100
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-011	62
	TG 05-012	-
	TG 05-019	-

5.1.4. Lote Regional Nr 04

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-015	50
	TG 05-018	50
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-015	100
	TG 05-018	100
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-015	50
	TG 05-018	50
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-015	50
	TG 05-018	50
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-015	50
	TG 05-018	50
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-015	-
	TG 05-018	-

5.1.5. Lote Regional Nr 05

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-020	50
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-020	100
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-020	50
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-020	50
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-020	50
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-020	-

5.1.6. Lote Regional Nr 06

--	--	--

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-006	50
	TG 05-008	50
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-006	100
	TG 05-008	100
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-006	50
	TG 05-008	50
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-006	50
	TG 05-008	50
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-006	50
	TG 05-008	50
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-006	-
	TG 05-008	-

5.1.7. Lote Regional Nr 07

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE COM O BORDADO "EXÉRCITO" EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-005	100
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	TG 05-005	200
SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO DE POSTO/GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA SEM MANGA BRANCA	TG 05-005	100
INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-005	100
DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-005	100
BANDEIRA NACIONAL	TG 05-005	-

Condições de execução do objeto para os atiradores matriculados em 2027

5.2. A partir do envio da Nota de Empenho aos e-mails informados na proposta ou cadastrados no Sicafe, o prazo de entrega será no período entre 1º de março de 2027 (provável data da matrícula dos Atiradores) até o 15 de abril de 2027 (data anterior ao prazo de vigência do contato). É responsabilidade da detentora da ata manter tais canais monitorados, sendo o envio considerado notificação oficial para fins de contagem de prazo. As quantidades seguem o cronograma abaixo:

5.2.1. Lote Regional Nr 01

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-001	40
	TG 05-002	100
	TG 05-003	200
	TG 05-004	50
	TG 05-007	50
	TG 05-013	61

5.2.2. Lote Regional Nr 02

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-009	200
	TG 05-010	100
	TG 05-016	42
	TG 05-017	41

5.2.3. Lote Regional Nr 03

MATERIAL	TG	QNT
	TG 05-011	90

SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-012	150
	TG 05-019	100

5.2.4. Lote Regional Nr 04

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-015	50
	TG 05-018	50

5.2.5. Lote Regional Nr 05

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-020	50

5.2.6. Lote Regional Nr 06

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-006	50
	TG 05-008	50

5.2.7. Lote Regional Nr 07

MATERIAL	TG	QNT
SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO DO NOME DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	TG 05-005	100

5.3. Os bens e serviços deverão ser entregues nos seguintes endereços:

TG	CIDADE-UF	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
05-001	Cambará-PR	Rua Otávio Bernardelli, nº 925 - Centro - CP nº 192 - CEP 86.390-000 – CAMBARÁ-PR	(55)98425-7553	tg05.001@5rm.eb.mil.br
05-002	Cornélio Procópio-PR	Rua Bento F. Campos, nº 525 - Centro - CEP 86.300-000 - CORNÉLIO PROCÓPIO – PR	(62)98201-7205	tg05.002@5rm.eb.mil.br
05-003	Londrina-PR	Av. Salgado Filho, nº 1334 - Jd San Fernando - CEP 86.040-000 - LONDRINA – PR	(48) 999676693	tiro.londrina@gmail.com
05-004	Santo Antônio da Platina - PR	Rua Cel Capucho, nº 1004 - Centro - CEP 86.430-000 - S. A. PLATINA – PR	(53) 981014002	tg05.004@5rm.eb.mil.br
05-005	Brusque-SC	Rua Felipe Schmidt, nº 455 - São Luiz CEP 88.351-001 - BRUSQUE – SC	(61) 981973649	tg05.005@5rm.eb.mil.br
05-006	Caçador-SC	Rua Gen. Antonio Sampaio, nº 176 - Centro - CEP 89.500-000 - CAÇADOR – SC	(62) 982801490	tg05.005@5rm.eb.mil.br tg05.005@5rm.eb.mil.br
05-007	Jacarezinho-PR	Alameda Padre Magno, nº 493 - Centro - CEP 86.400-000 - JACAREZINHO – PR	(61)994177249	tg05.007@gmail.com
05-008	Joaçaba-SC	Rua Vereador Amílton Antônio Rossin, nº 899 Clara Adélia - CEP 89600-000, JOAÇABA – SC	(55)99164-7979	tg05.008@5rm.eb.mil.br tirodeguerra05008@gmail.com
05-009	Maringá-PR	Av. Mandacaru, nº 730 – Vila Santa Isabel CEP 87.080-000 - MARINGÁ – PR	(53)98474-4653	tg05.009.secretaria@gmail.com
05-010	Paranavaí-PR	Av. Martin Luther King, nº 3670 - CP nº 340 - CEP 87.701-970 - PARANAVAÍ – PR	(53) 984751795	tg05.010@gmail.com
05-011	Cianorte-PR	Av. América, nº 1652 – Jd Maringá - CP nº 101 - CEP 87.205-080 - CIANORTE – PR	(54)99636-4020	tg05.011@5rm.eb.mil.br tirodeguerracianorte@gmail.com
05-012	Umuarama-PR	Av. Duque de Caxias, nº 5360 - Alto S. Francisco - CP nº 522 - CEP 87.504-040 - UMUARAMA – PR	(48) 991786497	05012umuarama@gmail.com
05-013	Bandeirantes-PR	Av. Edelina Meneghel Rando, nº 251 - Bairro IBC - CEP 86.360-000 - BANDEIRANTES – PR	(45) 991447724	tg05.013@5rm.eb.mil.br

05-015	Assis Chateaubriand-PR	Av. São Paulo, s/nº - Jd Progresso - CP nº 194 - CEP 85.935-000 - A. CHATEAUBRIAND – PR	(55) 984654028	tg05.015@5rm.eb.mil.br
05-016	Nova Esperança-PR	Rua Barão de Antonina, nº 105 - Centro - CEP 87.600-000 - NOVA ESPERANÇA – PR	(82) 996572257	tg05.016@5rm.eb.mil.br
05-017	Loanda-PR	Rua Araguaia, nº 134 - Centro - CEP 87.900-000 - LOANDA – PR	(61)99815-0704	tg05.017@5rm.eb.mil.br
05-018	Medianeira-PR	Rua Amazonas, nº 2851 - Bairro S. Cristóvão - CEP 85.884-000 - MEDIANEIRA – PR	(83) 996809401	tg05.018@5rm.eb.mil.br
05-019	Campo Mourão-PR	Rua José Teodoro de Oliveira, nº 462 - Jd Flórida - CEP 87.300-070 - CAMPO MOURÃO – PR	(55)99986 8354	tg05.019@5rm.eb.mil
05-020	Campo Largo-PR	Subestação de enologia, nº 2006 – Vila Bancária - Parque Newton Puppi - CEP 83.601-450 - CAMPO LARGO – PR	(61) 993976714	tg05.020@5rm.eb.mil.br

5.3.1.Os serviços serão prestados no seguinte horário: 08:00 às 16:00.

5.4. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 dias, pelo(a) responsável fiscal setorial, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.8. A empresa contratada deverá prover o transporte necessário para a entrega dos bens nos endereços constantes no subitem 5.3.

5.9. No tocante à prestação do serviço de identificação nas camisetas, caso a empresa opte por realizar o bordado em sua sede, as Chefias dos Tiros de Guerra deverão identificar cada camiseta (camuflada ou branca) com o nome de guerra do atirador correspondente. As peças devem ser embaladas conforme as instruções da contratada, que ficará responsável pelo transporte.

5.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Dessa forma, a administração pública deverá exigir que a empresa sane as pendências.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido no inciso II, do Art. 26, na Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), que estabelece o prazo de 90 dias para reclamar de vícios em produtos e serviços duráveis.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V). 6.12 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.15. Cabe ao gestor do contrato:

6.15.1. coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.15.2. acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.15.3. acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.15.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.15.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.15.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.15.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

Fiscalização Setorial

6.16. A fiscalização setorial será estabelecida para o acompanhamento técnico e administrativo da execução contratual, tendo em vista que a prestação do objeto ocorrerá concomitantemente nos 19 (dezenove) Tiros de Guerra da 5ª Região Militar, nos termos do art. 19, inciso IV, do Decreto nº 11.246/2022.

6.17. Instrutores dos Tiros de Guerra serão designados como fiscais setoriais, competindo-lhes exercer as atribuições de fiscalização técnica e administrativa no âmbito de suas respectivas unidades, conforme o disposto no art. 24 do Decreto nº 11.246/2022.

Comprovação de intenção e esforço de executar o objeto

6.18. Quando demandada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias, documentos que comprovem sua intenção e esforço de executar o objeto contratado, comprovando a compra de insumos para produção própria e/ou a contratação de terceiros para seu fornecimento, por meio de: (I) documentos fiscais e/ ou similares; (II) instrumentos de contrato e/ou congêneres com empresas ou pessoas físicas; (III) fotos e /ou filmagens dos locais próprios ou de terceiros onde estão sendo produzidos os materiais; ou (IV) demais formas.

Visita Técnica

6.19. Não serão realizadas visitas técnicas.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; e
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória de 0,5.% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato licitado, pela caracterização do 1º (primeiro) dia de atraso;

7.2.4.2. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, do 2º (segundo) dia até o 30º (trigésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

7.2.4.3. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, do 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

7.2.4.4. Moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, do 61º (sexagésimo primeiro) dia até o 90º (nonagésimo) dia de atraso, a ser calculado sobre o valor da parcela executada em desconformidade com o prazo previsto no contrato;

7.2.4.5. O atraso superior a 91 (noventa e um) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;

7.2.4.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 25% (vinte e cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

7.2.4.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 18,5% (dezoito virgula cinco por cento) do valor da contratação;

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 21% (vinte e um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação;

7.2.4.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 11% (onze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação; e

7.2.4.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. O material entregue pela CONTRATADA passará por duas fases de recebimento: recebimento provisório e recebimento definitivo.

8.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebimento provisório

8.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal setorial, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Recebimento definitivo

8.5. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (dias) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.6. Depois do recebimento definitivo, dentro do prazo de garantia, caso se verifique vício aparente ou oculto no material recebido, a CONTRATADA deverá sanar o problema ou repor todo o material defeituoso no mesmo prazo previsto para a entrega do lote, a contar do recebimento da notificação. A CONTRATADA ficará sujeita às sanções administrativas previstas no presente Termo de Referência, em caso de descumprimento dos prazos.

Fluxo do recebimento descentralizado

8.7. O procedimento de fiscalização observará o fluxo de recebimento descentralizado, compreendendo as etapas de recebimento provisório (conferência quantitativa e integridade) e recebimento definitivo (verificação da conformidade técnica), conforme os seguintes ritos:

8.7.1. Entrega e Conferência: O fiscal setorial designado no Tiro de Guerra de destino recebe os bens e assina o comprovante de entrega (canhoto da nota fiscal);

8.7.2. Termo de Recebimento Provisório: Este fiscal emite um termo detalhado relatando o que foi entregue e se há falhas visíveis;

8.7.3. Encaminhamento ao Fiscal Titular: O termo e os documentos são enviados ao fiscal do contrato; e

8.7.4. Recebimento Definitivo: Após o prazo de observação, o fiscal titular ou o gestor do contrato emite o recebimento definitivo, consolidando a aceitação técnica.

Liquidação

8.8. Emitido o Termo de Recebimento Definitivo, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, nos termos do inciso I, do art. 7º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.13.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

8.13.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR (INPC) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

8.26. As cessões de crédito não fiduciárias não serão admitidas.

8.27. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.28. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.29. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.30. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Reajuste

8.31. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/05 /2025.

8.32. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice nacional de preços ao consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.33. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.34. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.35. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.36. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.37. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.38. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.39. Haverá a possibilidade de prorrogação da Ata de Registro de Preços por igual período (mais um ano), desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no inciso IX do Art. 15 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e no Art. 84 da Lei nº 14.133.

8.40. O reajustamento pode ser executado de ofício pela Administração, devendo ser corrigido pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será por lotes regionais. **O Distintivo de Organização Militar será confeccionado e entregue após a definição da arte para cada Tiro de Guerra que está em Estudo.**

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica

9.20. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.21. Para comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados, cujos objetos sejam compatíveis em características com os itens licitados, seguindo as regras para compatibilidade em características, constantes do Anexo VIII.

9.22. Para fins de aceitação será exigida a comprovação de fornecimento de pelo menos 30% (trinta por cento) da quantidade estimada para cada item licitado.

9.23. Será admitida, para comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

9.24. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.25. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.26. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão às exigências por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Disposições gerais sobre habilitação

9.27. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.28. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto no 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.29. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.30. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.31. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 119.680,88 conforme custos unitários apostos no item 1.1 deste instrumento, sendo esse o valor de referência para aplicação do maior desconto.

10.2. O valor do contrato poderá ser alterado ou atualizado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial, visando a justa remuneração do objeto e a correspondência entre os encargos do Contratado e a retribuição da Administração, nas seguintes situações:

10.2.1. **Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão):** Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. **Alterações Tributárias e Legais:** Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados, os valores deverão ser revistos para mais ou para menos, conforme o caso (art. 134 da Lei nº 14.133, de 2021);

10.2.3. **Reajustamento de Preços:** Os preços contratuais serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado ou da data da apresentação da proposta, conforme definido neste instrumento, mediante a aplicação do índice [Inserir o índice escolhido, ex: IPCA, IGPM ou INCC], incidindo exclusivamente sobre as parcelas do objeto ainda não executadas; e

10.2.4. Formalização: As alterações de que trata este item serão formalizadas por termo aditivo, quando houver modificação da equação financeira, ou por simples apostilamento, no caso de reajuste anual por índice previsto no contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

- Estudo Técnico Preliminar.

14. ANEXO II

- Matriz de Gestão de Riscos.

15. ANEXO III


- Pesquisa de preços.

16. ANEXO IV

- Orçamentos com fornecedores.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DEMIAN DE OLIVEIRA**
Data: 11/05/2026 11:32:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEMIAN DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Documento assinado digitalmente
GENESIO BALLATKA
Data: 11/05/2026 11:38:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

GENESIO BALLATKA

Equipe de apoio

TACIANE ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 11/05/2026 às 11:25:44.

COMANDO 5 REGIAO MILITAR

Estudo Técnico Preliminar 3/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 64317.008643/2026-68

2. Objeto

2.1. Contratação de empresas especializadas para prestação de serviços de bordado em camisetas (meia-manga camufladas e regatas brancas) e confecção de cadarços de identificação (sutaches) bordados. O objeto inclui, ainda, a aquisição da Bandeira Nacional, distintivos e insígnias, destinados ao fardamento e identificação dos atiradores de 19 Tiros de Guerra vinculados à 5ª Região Militar.

2.2. A Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3. O inciso I do Art. 3º da referida instrução define o estudo técnico preliminar como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3.1. Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução.

2.3.2. A esse respeito, veja-se o que prescreve o caput do Art. 6º da referida instrução normativa: o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. Nesse sentido, constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar deixar registradas as alternativas possíveis para a contratação de empresas especializadas para prestação de serviços e aquisição de bens conforme o subitem 2.1, destinados ao fardamento dos atiradores dos Tiros de Guerra da área jurisdicional da 5ª Região Militar, cujos quantitativos e requisitos serão evidenciados a partir deste documento.

3. Descrição da necessidade

3.1. O objeto do presente estudo técnico preliminar visa a aquisição ou confecção de Bandeiras Nacionais, insígnias, distintivos, sutaches de identificação bordados além de serviços de bordados em camisetas para um efetivo de 1574 (mil quinhentos e setenta e quatro) atiradores matriculados nos 19 (dezenove) Tiros de Guerra da área jurisdicional da 5ª Região Militar, com os recursos orçamentários do plano interno E6MIPLJBIDS, nos termos dos Art. 91 e 93 da Instrução Normativa Logística que trata sobre as Orientações para Execução Descentralizada de Recursos Orçamentários sob a Gestão da Chefia de Suprimento (EB40- N-30.010), 2ª Edição, aprovada pela Portaria COLOG/C Ex nº 258, de 16 de julho de 2025, conforme as seguintes ND:

I – 33.90.30: aquisição e confecção dos itens e/ou componentes; e

II – 33.90.39: serviços de bordados e pinturas.

3.2. As aquisições de bens e serviços constantes nos subitens anterior não são providos pela cadeia de suprimento.

3.3. A aquisição dos bens e serviços necessários visa cumprir de maneira integral o previsto no §4º, do Art. 194, do Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966).

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Tiros de Guerra da 5ª Região Militar	Ten Cel Demian de Oliveira, STen Genésio Ballatka e 3º Sgt Taciane Rocha

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. A presente contratação será feita diretamente, por pregão, com base Art. 74, I da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que incorporou e substituiu a antiga Lei do Pregão (10.520/2002). A modalidade é obrigatória no âmbito federal para aquisição de bens e serviços comuns, caracterizados por padrões de desempenho objetivamente definidos pelo edital.

5.2. Deverão ser observadas as prescrições técnicas do Regulamento de Uniformes do Exército (RUE) – EB10-R-12.004, 5ª edição (2025), aprovada pela Portaria do Comandante do Exército nº 2.428, de 20 de fevereiro de 2025. Tais normas balizarão os requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e especificações, em virtude do período de transição para o uso definitivo dos novos uniformes de combate camuflados pelos atiradores

5.3. A 5ª Região Militar registrou a matrícula de 1.574 atiradores no corrente ano. Para os exercícios de 2027 e 2028, projeta-se a manutenção desse quantitativo, servindo como base para o dimensionamento das aquisições previstas.

Bordados na camiseta meia-manga camuflada e na camiseta branca sem manga (duas camufladas e uma branca por atirador)

5.4. Os itens 2.41 e 2.42, do Anexo A (Peças, agasalhos e acessórios), do RUE, 5ª edição, 2025, definem as especificações dos bordados da graduação e nome de guerra nas camisetas branca sem manga e na meia-manga camuflada, respectivamente, obedecendo às seguintes prescrições:

Camiseta branca sem manga

5.4.1. a identificação do posto, graduação ou assemelhados e do nome de guerra deverá ser aplicada e centralizada na parte frontal, pelo processo bordado, na cor preta, aproximadamente a 60 mm do degolo, tendo as letras maiúsculas do tipo Arial com 12 mm de altura, espessura de 2 mm e espaçamento variável conforme a extensão do nome, observando-se a distância mínima de 3 mm entre as letras e de 15 mm entre o final do posto/graduação e o início do nome de guerra, conforme modelo constante na figura 1.

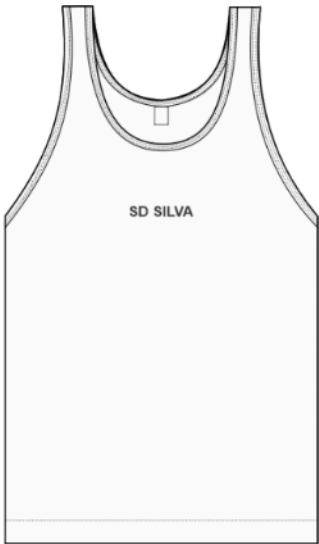


Figura 1: Modelo da identificação na camiseta branca

5.4.2. a abreviatura de atirador (AT), a ser apresentada na identificação da camiseta , deve seguir o seguinte modelo:

Figura 2: Modelo da abreviatura do posto/graduação ou assemelhado

Camiseta camuflada

5.4.3. a identificação do posto, graduação ou assemelhados e do nome de guerra deverá ser aplicada e centralizada na parte frontal, pelo processo serigráfico, ou bordada, na cor verde-folha claro, aproximadamente a 80 mm da borda inferior da gola e centralizada em relação às costuras das mangas, tendo as letras maiúsculas do tipo Arial com 12 mm de altura, espessura de 2 mm e espaçamento variável conforme a extensão do nome, observando-se a distância mínima de 3 mm entre as letras e de 15 mm entre o final do posto/graduação e o início do nome de guerra, conforme modelo constante na figura 2.



Figura 3: Modelo da identificação na camiseta camuflada

5.4.4. a abreviatura do posto/graduação ou assemelhado deverá seguir o modelo previsto no item 5.4.2.

Detalhes Técnicos e Padrões RUE

5.5. Identificação: Nome de guerra, incluindo posto/graduação ou assemelhado.

5.6 Formato: Letras maiúsculas, fonte Arial, 12 mm de altura e 2 mm de espessura.

5.7 Localização: Centralizado na frente, a cerca de 60 mm do degolo (camiseta branca) e 80 mm da borda inferior da gola (camiseta camuflada).

5.8. Cores da Linha: Verde-folha claro (camiseta camuflada) ou preta (camiseta branca).

5.9. Material: Geralmente bordado computadorizado em Dry Fit para maior durabilidade.

Insígnia do Tiro de Guerra em baixa visibilidade (uma por farda)

5.10. O item 1.3, do Anexo B, do RUE, 5ª edição, 2025, prevê que o uso e a descrição da insígnia de atirador de Tiro de Guerra obedecem às seguintes prescrições:

5.10.1. compõe-se de um círculo, com 42 mm de diâmetro, tendo inscrito em seu interior a sigla "TG", estilizado, tudo sobre um quadrado de 50 mm de lado;

5.10.2. as insígnias de atirador de Tiro de Guerra serão confeccionadas em lona em nylon PVC (79% poliéster e 21% PVC) resinado, com dimensões 50 mm x 50 mm, na cor verde militar, Pantone 19-0512 TCX IVY GREEN, bordados em linha preta, Pantone Black C e linha verde clara, Pantone 17-1310 TCX TIMBER WOLF. Não é permitido o uso de insígnias confeccionadas pelos processos de sublimação ou serigrafia e/ou com o uso de pantones diferentes do previsto, conforme modelo constante na figura 4.

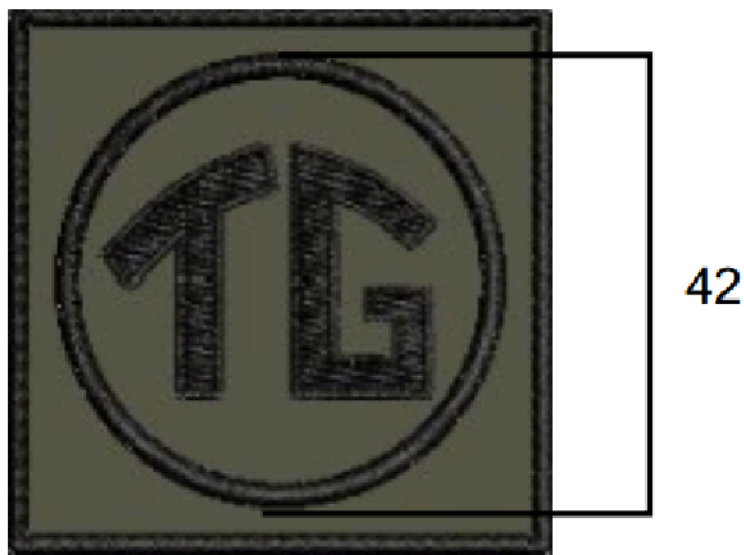


Figura 4: Modelo da insígnia de atirador de Tiro de Guerra em baixa visibilidade

Sutache bordado do Exército Brasileiro em baixa visibilidade (um por atirador)

5.11. O item 2.109, do Anexo A, do RUE, 5ª edição, 2025, prevê que o uso e a descrição do sutache do Exército obedecem às seguintes prescrições:

5.11.1. cadação de identificação do Exército (sutache) será confeccionado em lona em nylon PVC (79% poliéster e 21 % PVC) resinada na cor verde-militar, referência pantone 19-0512 TCX IVY GREEN, medindo 25 (vinte e cinco) mm de largura e 140 (cento e quarenta) mm de comprimento, com borda na cor preta com 1 (um) mm de espessura, com o dístico "EXÉRCITO" bordado na cor preta, centralizadamente, em letras maiúsculas do tipo Arial, com 12 (doze) mm de altura e espessura de 2 (dois) mm, observando-se a distância máxima de 3 (três) mm entre as letras e aplicado por meio de velcro na cor verde-oliva, conforme modelo constante na figura 5.

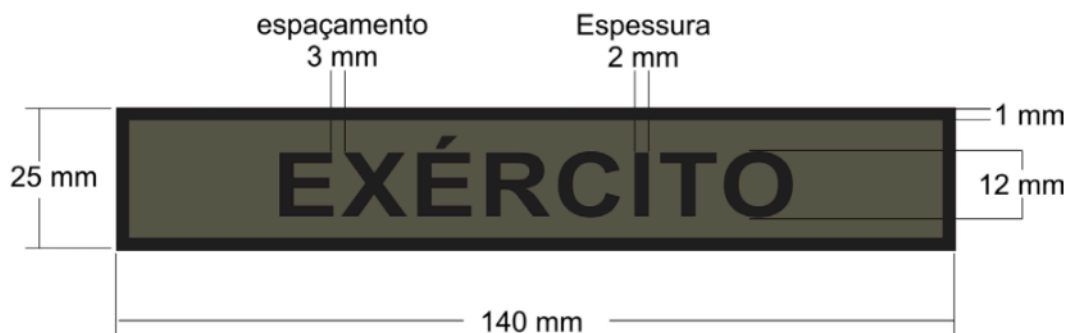


Figura 5: Modelo do sutache do Exército em baixa visibilidade

Sutache de identificação do nome de guerra (um por atirador)

5.12. O item 2.110, do Anexo A, do RUE, 5ª edição, 2025, prevê que o uso e a descrição do sutache de identificação obedecem às seguintes prescrições:

5.12.1. cadação de identificação do nome de guerra (sutache) confeccionado com lona em nylon PVC (79% poliéster e 21 % PVC) resinada na cor verde militar, referência pantone 19-0512 TCX IVY GREEN, medindo 25 (vinte e cinco) mm de largura e 140 (cento e quarenta) mm de comprimento, com borda na cor preta com 1 (um) mm de espessura. O nome de guerra deve ser bordado na cor preta, sendo as letras maiúsculas e do tipo Arial, com 12 (doze) mm de altura, espessura de 2 (dois) mm e espaçamento variável conforme a extensão do nome, observando-se a distância máxima de 3 (três) mm, entre as letras, e de 15 (quinze) mm entre os nomes, em caso desses serem duplos e aplicado por meio de velcro na cor verde-oliva, conforme modelo constante na figura 6.



Figura 6: Modelo do sutache de identificação em baixa visibilidade

Distintivo de Organização Militar em baixa visibilidade em baixa visibilidade (um por atirador)

5.13. O item 2.15.2, do Anexo B, do RUE, 5ª edição, 2025, prevê que o uso e a descrição do Distintivo de Organização Militar (DOM) bordado obedecem às seguintes prescrições:

5.13.1. o DOM será bordado e deve possuir a dimensão de 58 mm x 80 mm, confeccionados em lona de nylon PVC, na cor verde militar (Pantone 19-0512 TCX IVY GREEN), e linhas verde-claro (Pantone 17-1310 TCX TIMBER WOLF) e preta (Pantone Black C). Aplicado nos velcros do bolso do braço direito dos uniformes operacionais., conforme modelo constante na figura 10.



Figura 7: Modelo do DOM em baixa visibilidade

5.13.2. a descrição dos bordados para os DOM de uso nos Tiros de Guerra será informado oportunamente à empresa contratada.

Bandeira Nacional

5.14. O item 2.8, do Anexo B, do RUE, 5ª edição, 2025, prevê que o uso e a descrição da Bandeira Nacional bordada prevista no 9º uniforme (gandola de combate camuflada) obedecem às seguintes prescrições:

5.14.1. a Bandeira Nacional será bordada com linha 100% poliéster 120, apresentando formato e as cores da Bandeira do Brasil, nas dimensões 56 mm x 80 mm. O campo universal verde pode ser em lona ou bordado. É vedada por lei a alteração das cores da Bandeira Nacional (art. 31 da lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971). Sendo assim, não é permitida a substituição das cores, ainda que para atender às necessidades de camuflagem. Aplicada nos velcros do bolso do braço esquerdo dos uniformes operacionais, conforme modelo constante na figura 8.

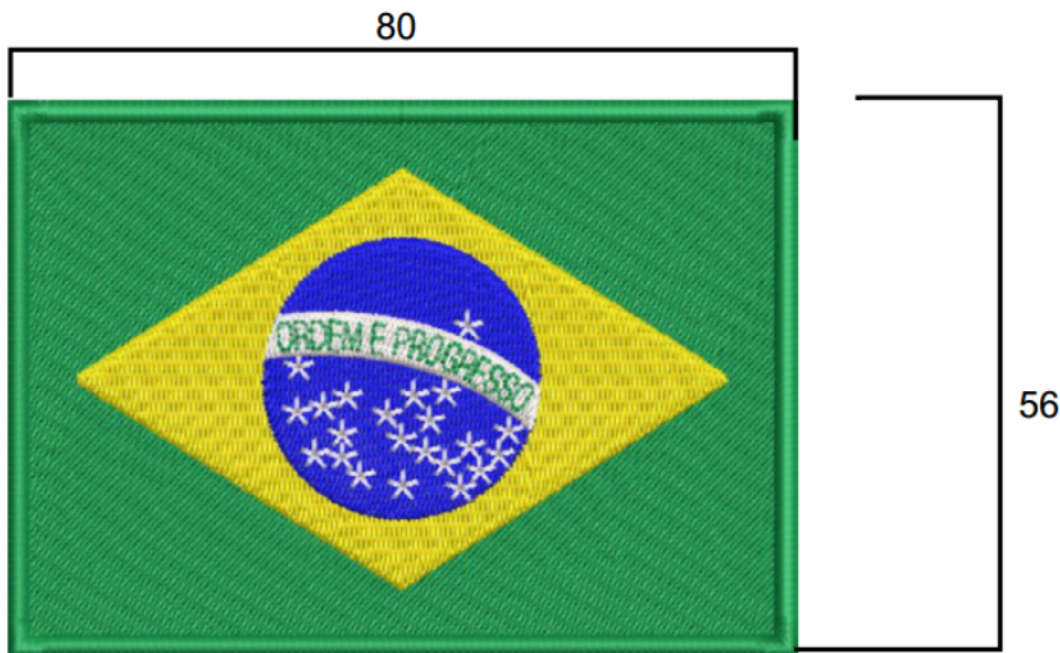


Figura 8: Modelo da Bandeira Nacional

6. Levantamento de Mercado

6.1. A contratação de bens e serviços fundamenta-se na necessidade de estrito cumprimento ao §4º do Art. 194 do Regulamento da Lei do Serviço Militar (Decreto nº 57.654/1966). Ademais, em observância ao inciso V do Art. 40 do Regulamento para os Tiros de Guerra e Escolas de Instrução Militar (R-138), aprovado pela Portaria nº 001-C Ex, de 2 de janeiro de 2002, reitera-se o direito do atirador ao recebimento de todo o fardamento de dotação previsto para os Tiros de Guerra.

6.2. Nesse contexto, a modelagem da contratação foi estruturada em lotes regionais, visando ampliar a ampla competitividade e permitir a participação de micro e pequenas empresas locais, em conformidade com o princípio do parcelamento do objeto. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) justifica-se pela natureza da demanda de insígnias, distintivos, sutaches e serviços de identificação, cujos

quantitativos exatos por Tiros de Guerra podem variar ao longo do exercício financeiro. O SRP permite que a Administração realize aquisições fracionadas e sob demanda, evitando a imobilização de recursos em estoques excessivos e garantindo que o fornecimento acompanhe o fluxo real de incorporação e substituição de itens nos 19 (dezenove) Tiros de Guerra da 5ª RM.

6.3. Esta divisão estratégica em lotes agrupa os 19 (dezenove) Tiros de Guerra da 5ª RM por proximidade geográfica nos Estados do Paraná e Santa Catarina, otimizando a logística de distribuição sem sacrificar a padronização, que permanece garantida pelo rigoroso detalhamento técnico deste estudo.

6.4. A divisão dos lotes regionais seguirá a seguinte distribuição, constante na tabela abaixo:

LOTE REGIONAL	TIROS DE GUERRA
LOTE REGIONAL NR 01	TG 05-001 (CAMBARÁ - PR)
	TG 05-002 (CORNÉLIO PROCÓPIO - PR)
	TG 05-003 (LONDRINA - PR)
	TG 05-004 (SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - PR)
	TG 05-007 (JACAREZINHO - PR)
	TG 05-013 (BANDEIRANTES - PR)
LOTE REGIONAL NR 02	TG 05-009 (MARINGÁ-PR)
	TG 05-010 (PARANAÍ-PR)
	TG 05-016 (NOVA ESPERANÇA-PR)
	TG 05-017 (LOANDA-PR)
LOTE REGIONAL NR 03	TG 05-011 (CIANORTE-PR)
	TG 05-012 (UMUARAMA - PR)
	TG 05-019 (CAMPO MOURÃO - PR)
LOTE REGIONAL NR 04	TG 05-015 (ASSIS CHATEAUBRIAND - PR)
	TG 05-018 (MEDIANEIRA - PR)
LOTE REGIONAL NR 05	TG 05-020 (CAMPO LARGO - PR)
LOTE REGIONAL NR 06	TG 05-006 (CAÇADOR - SC)
	TG 05-008 (JOAÇABA - SC)
LOTE REGIONAL NR 07	TG 05-005 (BRUSQUE - SC)

6.5. Assim, o registro de preços, estruturado em lotes geográficos nos Estados do Paraná e Santa Catarina, concilia a economia de escala com a agilidade logística. Ao estabelecer uma Ata de Registro de Preços, a 5ª RM assegura a padronização técnica rigorosa dos itens de identificação e bombachas para todas as unidades, ao mesmo tempo em que mitiga o risco de desabastecimento. Este modelo desonera a gestão contratual de entregas globais imediatas, permitindo um controle administrativo mais dinâmico e focado na necessidade pontual de cada agrupamento delimitado.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A solução de contratação adotada consiste na aquisição de prestação de serviços de bordados e aquisição de Bandeiras Nacionais, insígnias, distintivos e cadarços de identificação (sutaches) bordados previstos nos uniformes de dotação do atirador de Tiro de Guerra (9º e 14º uniformes), a ser provido por empresas especializadas capazes de atender as demandas dos 19 tiros de guerra da 5ª RM nos termos do presente estudo.

7.2. A decisão pela contratação estruturada nos lotes regionais descritos no subitem 6.4 deste estudo, visando ampliar a ampla competitividade em conformidade com o princípio do parcelamento do objeto e com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), consolidou-se devido às especificidades do objeto, que exige padronização regulamentar rigorosa. A execução dar-se-á mediante a entrega dos bens e serviços em 19 Tiros de Guerra localizados em 19 municípios distintos e geograficamente dispersos nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Essa estratégia de parcelamento por lotes permite a seleção de fornecedores com capacidade logística capilarizada, assegurando a eficiência no transporte e a pontualidade na entrega das soluções de identificação em cada localidade, conforme detalhado no quadro a seguir:

--	--	--	--	--	--

TG	CIDADE-UF	EFETIVO MATRICULADO	ENDEREÇO	TELEFONE	E-MAIL
05-001	Cambará-PR	40	Rua Otávio Bernardelli, nº 925 - Centro - CEP nº 192 - CEP 86.390-000 – CAMBARÁ-PR	(55)98425- 7553	tg05.001@5rm.eb.mil.br
05-002	Cornélio Procópio- PR	100	Rua Bento F. Campos, nº 525 - Centro - CEP 86.300-000 - CORNÉLIO PROCÓPIO – PR	(62)98201- 7205	tg05.002@5rm.eb.mil.br
05-003	Londrina-PR	200	Av. Salgado Filho, nº 1334 - Jd San Fernando - CEP 86.040-000 - LONDRINA – PR	(48) 999676693	tiro.londrina@gmail.com
05-004	Santo Antônio da Platina - PR	50	Rua Cel Capucho, nº 1004 - Centro - CEP 86.430-000 - S. A. PLATINA – PR	(53) 981014002	tg05.004@5rm.eb.mil.br
05-005	Brusque-SC	100	Rua Felipe Schmidt, nº 455 - São Luiz CEP 88.351-001 - BRUSQUE – SC	(61) 981973649	tg05.005@5rm.eb.mil.br
05-006	Caçador-SC	50	Rua Gen. Antonio Sampaio, nº 176 - Centro - CEP 89.500-000 - CAÇADOR – SC	(62) 982801490	tg05.006@5rm.eb.mil.br tg05.006@conection.com.br
05-007	Jacarezinho-PR	50	Alameda Padre Magno, nº 493 - Centro - CEP 86.400-000 - JACAREZINHO – PR	(61) 994177249	tg05.007@gmail.com
05-008	Joaçaba-SC	50	Rua Vereador Amílton Antônio Rossin, nº 899 Clara Adélia - CEP 89600-000, JOAÇABA – SC	(55)99164- 7979	tg05.008@5rm.eb.mil.br tirodeguerra05008@gmail. com
05-009	Maringá-PR	200	Av. Mandacaru, nº 730 – Vila Santa Isabel CEP 87.080-000 - MARINGÁ – PR	(53)98474- 4653	tg05.009.secretaria@gmail. com
05-010	Paranavaí-PR	100	Av. Martin Luther King, nº 3670 - CP nº 340 - CEP 87.701-970 - PARANAVAÍ – PR	(53) 984751795	tg05.010@gmail.com
05-011	Cianorte-PR	90	Av. América, nº 1652 – Jd Maringá - CP nº 101 - CEP 87.205-080 - CIANORTE – PR	(54)99636- 4020	tg05.011@5rm.eb.mil.br tirodeguerracianorte@gmail. com
05-012	Umuarama-PR	150	Av. Duque de Caxias, nº 5360 - Alto S. Francisco - CP nº 522 - CEP 87.504-040 - UMUARAMA – PR	(48) 991786497	05012umuarama@gmail. com
05-013	Bandeirantes-PR	61	Av. Edelina Meneghel Rando, nº 251 - Bairro IBC - CEP 86.360- 000 - BANDEIRANTES – PR	(45) 991447724	tg05.013@5rm.eb.mil.br
05-015	Assis Chateaubriand-PR	50	Av. São Paulo, s/nº - Jd Progresso - CP nº 194 - CEP 85.935-000 - A. CHATEAUBRIAND – PR	(55) 984654028	tg05.015@5rm.eb.mil.br
05-016	Nova Esperança- PR	42	Rua Barão de Antonina, nº 105 - Centro - CEP 87.600-000 - NOVA ESPERANÇA – PR	(82) 996572257	tg05.016@5rm.eb.mil.br
05-017	Loanda-PR	41	Rua Araguaia, nº 134 - Centro - CEP 87.900-000 - LOANDA – PR	(61)99815- 0704	tg05.017@5rm.eb.mil.br
05-018	Medianeira-PR	50	Rua Amazonas, nº 2851 - Bairro S. Cristóvão - CEP 85.884-000 - MEDIANEIRA – PR	(83) 996809401	tg05.018@5rm.eb.mil.br
05-019	Campo Mourão-PR	100	Rua José Teodoro de Oliveira, nº 462 - Jd Flórida - CEP 87.300- 070 - CAMPO MOURÃO – PR	(55)99986 8354	tg05.019@5rm.eb.mil
05-020	Campo Largo-PR	50	Subestação de enologia, nº 2006 – Vila Bancária - Parque Newton Puppi - CEP 83.601-450 -	(61) 993976714	tg05.020@5rm.eb.mil.br

7.3. A execução da aquisição será realizada de forma a garantir que cada empresa contratada, como responsável pelo respectivo lote adjudicado, mantenha um ponto focal de comunicação e coordenação com o Comando da 5ª Região Militar. Serão estabelecidos canais de comunicação diretos, com a realização de reuniões de planejamento e acompanhamento periódicas, a fim de alinhar expectativas e otimizar a prestação dos serviços em cada região. Para situações não previstas ou ajustes necessários, o contrato preverá mecanismos de resposta ágeis por parte das contratadas, com a devida documentação e aprovação da Administração, visando a resolução eficiente e a mínima interrupção das atividades instrucionais. A fiscalização contratual será rigorosa e contínua, com equipes designadas pelo Comando da 5ª RM para monitorar a qualidade e a conformidade dos itens e serviços em cada um dos 19 (dezenove) Tiros de Guerra, assegurando que os padrões acordados sejam mantidos ao longo de toda a vigência da ata ou contrato.

7.4. No que tange à estrutura dessa execução, a divisão do objeto em lotes visa à ampliação da competitividade e à eficiência logística, sem que isso represente restrição à participação das licitantes. Dessa forma, em observância ao princípio do parcelamento previsto no Art. 40, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, **será permitida a participação de uma mesma empresa em múltiplos lotes, inexistindo vedação para que uma única licitante sagre-se vencedora de mais de um ou de todos os lotes constantes no certame, desde que comprovada a respectiva habilitação técnica e capacidade operacional para o atendimento concomitante das demandas e localidades adjudicadas.**

7.5. A solução proposta será veiculada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 29 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis. O critério de julgamento será o de Menor Preço Global, conforme o art. 33, inciso IV, da mesma Lei, dada a natureza do objeto como um pacote integrado de serviços onde o custo-benefício global é o fator determinante. Não se aplica o regime de execução para obras ou serviços de engenharia, e a contratação não fará uso do sistema de registro de preços, uma vez que a demanda é única e pontual, com escopo e datas definidos.

7.6. Insta mencionar que os serviços de bordados em camisetas camufladas e brancas sem manga incidirão sobre peças que já se encontram em posse dos atiradores dos Tiros de Guerra supracitados. Para tanto, a empresa contratada poderá subcontratar empresas locais nos municípios sede para a prestação desse serviço, ou arcar integralmente com os custos logísticos de transporte, compreendendo o recolhimento das camisetas nos Tiros de Guerra de origem e a sua devolução após a conclusão do serviço, ou, ainda, deslocar seus meios de confecção para os municípios dos TG atendidos.

Subcontratação

7.7. A empresa contratada poderá subcontratar outra empresa para a entrega do serviço, inclusive em localidade distante, respeitados os limites legais. A subcontratação é permitida para partes do objeto (subcontratação parcial).

7.8. A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) regula a subcontratação nos seguintes termos:

7.8.1. A subcontratação é permitida, desde que prevista no edital e no contrato, até o limite autorizado pela Administração (Art. 122).

7.8.2. É vedada a subcontratação da totalidade do objeto, o que configuraria "mera intermediação" ou "contrato de gaveta", responsabilizando a contratada original.

7.8.3. A empresa contratada continua sendo a única responsável perante a Administração Pública pela execução, qualidade, prazos e encargos trabalhistas/previdenciários do serviço subcontratado.

7.8.4. A subcontratada deve demonstrar capacidade técnica compatível com a parcela que irá executar.

7.9. Sendo assim, considerando a dispersão geográfica dos Tiros de Guerra da 5ª Região Militar e a possível necessidade de execução de serviços em localidades distintas da sede da licitante vencedora, será admitida a subcontratação parcial de serviços específicos. A subcontratação será limitada aos serviços de confecção dos bordados de identificação nas camisetas sem manga branca e meia manga camufladas constantes no objeto, vedada a transferência total das obrigações. A empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução, a comprovação da capacidade técnica e regularidade da subcontratada, mantendo-se integralmente responsável pela qualidade e prazo, sem prejuízo à isonomia, conforme art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

7.10. A subcontratação é uma estratégia interna da empresa contratada e **não justifica o reequilíbrio econômico-financeiro** (revisão de preços) para aumentar o valor do contrato.

7.11. A subcontratada é um custo ou parceiro da contratada, não da Administração. A Administração paga o preço acordado no contrato.

7.12. É proibido subcontratar empresas cujos sócios tenham vínculo de parentesco com dirigentes do órgão contratante (art. 117).

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Itens a serem entregues em 2026

8.1. A descrição dos materiais e serviços a serem fornecidos em 2026 encontram-se abaixo discriminados:

8.1.1. Materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UN.	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	sutache bordado do Exército em baixa visibilidade	R\$ 8,80	1.574	R\$ 13.851,20
02	Insígnia baixa visibilidade TG	R\$ 7,50	1.574	R\$ 11.805,00
03	Distintivo de Organização Militar em Baixa Visibilidade	R\$ 12,92	1.574	R\$ 20.336,08
04	Bandeira Nacional Bordada	R\$ 14,90	391	R\$ 5.825,90
TOTAL				R\$ 51.818,18

8.1.2. Serviços:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UN.	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	bordado camiseta camuflada	R\$ 10,00	2.748	R\$ 27.480,00

02	bordado camiseta branca	R\$ 10,00	1.374	R\$ 13.740,00
03	Bandeira Nacional Bordada	R\$ 14,90	555	R\$ 8.269,50
TOTAL				R\$ 49.489,50

Itens a serem entregues em 2027

8.2. A descrição dos materiais e serviços a serem fornecidos em 2027 encontram-se abaixo discriminados:

8.2.1. Materiais:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UN.	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	sutache de identificação - nome Guerra em baixa visibilidade	R\$ 8,80	1.574	R\$ 13.851,20
TOTAL				R\$ 13.851,20

Descentralização de Créditos Orçamentários

8.3. O Centro de Obtenções do Exército, em conformidade com as Notas de Crédito nº 404935 (de 01 ABR 26) e nº 405141 (de 07 ABR 26), efetuou a descentralização de recursos destinados à confecção de Bandeiras, Insignias, Distintivos e Sutaches (BIDS). Tais recursos estão vinculados ao Plano Interno E6MIPLJBIDS, conforme a distribuição por Natureza de Despesa (ND) abaixo:

- ND 339030: R\$ 65.670,00

- ND 339039: 49.500,00

- Total Geral: R\$ 115.170,00

Plano de Aplicação dos Recursos

8.4. Abaixo, detalha-se o planejamento para o emprego da dotação orçamentária disponibilizada:

ND	VALOR	ESTIMATIVA DO VALOR A SER UTILIZADO	DIFERENÇA
339030	R\$ 65.670,00	R\$ 65.669,38	R\$ 0,62
339039	R\$ 49.500,00	R\$ 49.489,50	R\$ 10,50
TOTAL	R\$ 115.170,00	R\$ 115.158,88	R\$ 11,12

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 115.158,88

9.1. A estimativa dos valores para a presente contratação constitui etapa crucial para a assegurar a vantajosidade econômica da futura licitação. A pesquisa de preços foi conduzida com a máxima diligência para refletir a realidade do mercado, garantindo a aquisição de bens e serviços correlatos ao objeto do presente estudo.

9.2. Em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e à Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, a metodologia de pesquisa de mercado foi meticulosamente planejada para proporcionar um referencial de preços fidedigno e transparente. Foram cuidadosamente analisados os quantitativos de cada item da demanda e suas especificações técnicas e de qualidade. Sendo assim, os parâmetros utilizados para realizar a pesquisa de preços foi por meio do preço disponível no site.

9.3. A pesquisa de preços priorizou as fontes indicadas nos incisos I e IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 65/2021.

9.4. Para os itens em que se aplicou o **Inciso I do Art. 5º** da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, a baliza de preços fundamentou-se, inicialmente, na composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços do site *compras.gov.br*, observado o índice de atualização de preços correspondente. Como a pesquisa de preços combinou duas metodologias, **não se aplicou** o disposto no § 6º do Art. 5º, que trata: **"Quando o preço estimado for obtido com base única no inciso I do art. 5º, o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados"**, sendo atribuído, dessa maneira, o valor da média no painel de preços.

9.5. No tocante à aplicação do **Inciso IV do Art. 5º** da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, realizou-se a prospecção direta com o mínimo de **3 (três) fornecedores distintos**. Tal procedimento foi formalizado mediante o envio de solicitações de cotação via ofício ou correio eletrônico, acompanhadas das justificativas pertinentes à seleção das empresas consultadas. Em observância ao rigor temporal exigido pela norma, todos os orçamentos obtidos foram validados para assegurar que o período entre a coleta dos dados e a data prevista para a divulgação do edital não ultrapasse **6 (seis) meses**, garantindo a atualidade e a fidedignidade do valor estimado frente ao mercado.

9.6. Pelo exposto, verifica-se que os preços apurados na pesquisa realizada para a presente contratação se encontram plenamente compatíveis com a realidade de mercado dos serviços demandados, em consonância com as diretrizes da Instrução Normativa nº 65 /2021 e suas alterações. A estimativa resultante reflete um compromisso com a economicidade, a transparência e a obtenção de serviços de excelência.

9.7. Sendo assim, a pesquisa de preços foi realizada de forma híbrida para garantir a ampla competitividade e a vantajosidade da contratação. Foram consultados o sistema de preços praticados no portal **Compras.gov.br** (Painel de Preços), além de prospecção direta dos seguintes fornecedores:

FORNECEDOR	EMPRESA	CNPJ
A	SEVERO FORCE ARTIGOS MILITARES	34.572.111/0001-94
B	JOSIMAR APARECIDO DO NASCIMENTO	61.404.126/0001-16
C	MÃO AMIGA ARTIGOS MILITARES	24.119.013/0001-42
D	EVOLUÇÃO MILITAR	24.990.361/0001-90
E	MESTRE DOS BORDADOS	33.405.851/0001-73

9.8. Os orçamentos detalhados e os relatórios do sistema seguem anexos ao Termo de Referência, estando consolidados na tabela resumo abaixo, onde constam os valores unitários de cada item e a mediana incluindo a média da pesquisa no painel de preços e os orçamentos de cada fornecedor:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR					MÉDIA PESQUISA DE PREÇOS (COMPRAS.GOV)	MEDIANA
		A	B	C	D	E		
1	SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 10,00	R\$ 8,00	R\$ 9,00	R\$ 7,14	R\$ 8,50
2	SUTACHE DO EXÉRCITO EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 6,00	R\$ 10,00	R\$ 9,00	R\$ 7,14	R\$ 8,50

3	IDENTIFICAÇÃO DE POSTO /GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA MEIA-MANGA CAMUFLADA	R\$ 8,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 12,50	R\$ 5,77	R\$ 10,00
4	IDENTIFICAÇÃO DO POSTO /GRADUAÇÃO, NOME DE GUERRA NA CAMISETA BRANCA SEM MANGA	R\$ 8,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 10,00	R\$ 12,50	R\$ 5,78	R\$ 10,00
5	INSÍGNIA DE ATIRADOR DE TIRO DE GUERRA EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 7,00	R\$ 10,00	R\$ 4,90	R\$ 8,00	R\$ 9,50	R\$ 4,96	R\$ 7,50
6	DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 9,90	R\$ 12,50	R\$ 11,00	R\$ 10,31	R\$ 11,75
7	BANDEIRA NACIONAL BORDADA	R\$ 17,00	R\$ 20,00	R\$ 14,90	-	R\$ 12,50	R\$ 13,15	R\$ 14,90

9.9. Com amparo no § 2º do Art. 6º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, de forma a aliar a atratividade do mercado, acrescentou-se os seguintes percentuais sobre o valor estimado dos seguintes itens:

9.9.1. Acréscimo de 3,53% para aproximar o preço de referência defasado no painel de preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR					MÉDIA PESQUISA DE PREÇOS (COMPRAS. GOV)	MEDIANA	VALOR CORRIGIDO (+3, 53%)
		A	B	C	D	E			
1	SUTACHE DE IDENTIFICAÇÃO EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 10,00	R\$ 8,00	R\$ 9,00	R\$ 7,14	R\$ 8,50	R\$ 8,80
2	SUTACHE DO EXÉRCITO EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 8,00	R\$ 12,00	R\$ 6,00	R\$ 10,00	R\$ 9,00	R\$ 7,14	R\$ 8,50	R\$ 8,80

9.9.2. Acréscimo de 10% para aproximar o preço de referência defasado no painel de preços:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	FORNECEDOR					MÉDIA PESQUISA DE PREÇOS (COMPRAS. GOV)	MEDIANA	VALOR CORRIGIDO (+10%)
		A	B	C	D	E			
6	DISTINTIVO DE ORGANIZAÇÃO MILITAR (DOM) EM BAIXA VISIBILIDADE	R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 9,90	R\$ 12,50	R\$ 11,00	R\$ 10,31	R\$ 11,75	R\$ 12,92

9.10. Tal medida justifica-se pela complexidade logística da distribuição capilarizada, uma vez que a execução contratual exige a entrega do objeto em 19 Tiros de Guerra distintos, localizados em municípios diversos dos estados do Paraná e Santa Catarina.

9.11. Considerando que a maioria das empresas fornecedoras está sediada em centros urbanos distantes de várias dessas localidades, o custo de transporte, o fracionamento das remessas e os prazos de entrega específicos de cada unidade militar elevam significativamente o custo operacional. Portanto, a majoração é necessária para mitigar o risco de **licitação deserta** e garantir que os preços finais sejam compatíveis com a realidade do mercado regional, assegurando a plena execução do objeto em todas as sedes previstas.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A presente solução de contratação foi estruturada, consolidando o fornecimento de serviços de bordados, sutaches, insígnias, distintivos e Bandeiras Nacionais em um lotes regionais, a ser provido por empresas especializadas, atendendo o previsto na Lei nº 14.133/2021 (Art. 40, § 2º) que estabelece o parcelamento como regra.

10.2. A estruturação da solução em lotes regionais visa potencializar a competitividade e a eficiência logística, permitindo que empresas com forte atuação local nos Estados do Paraná e Santa Catarina participem do certame. Sob o aspecto operacional, o parcelamento mitiga o risco de desabastecimento generalizado, uma vez que a execução não fica dependente de um único fornecedor para toda a extensão territorial da 5ª RM. Economicamente, essa estratégia favorece a economia de escala regional, reduzindo custos de frete e

deslocamento, ao mesmo tempo em que assegura o cumprimento do cronograma de instrução dos Tiros de Guerra. Tal abordagem garante a capilaridade necessária para as entregas e a agilidade na prestação dos serviços de identificação, configurando-se como a opção que melhor atende ao interesse público e ao princípio da eficiência administrativa.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não foram encontradas contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. As contratações públicas no âmbito do Comando da 5ª Região Militar (5ª RM), Organização Militar integrante do Exército Brasileiro e subordinada ao Ministério da Defesa, são conduzidas em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e aos normativos internos que estabelecem ritos para a governança e eficiência nas aquisições de bens e serviços.

12.2. A missão institucional da 5ª RM, neste contexto, é assegurar a execução fidedigna do Plano Regional de Distribuição de Uniformes (PRDU). A presente demanda visa suprir lacunas de itens não providos pela Cadeia de Suprimento regular, operando em conformidade com as Orientações para a Execução Descentralizada de Recursos Orçamentários (EB40-N-30.010, 2ª Edição, 2025), aprovadas pela Portaria COLOG/C Ex nº 258/2025. Tal alinhamento garante que a aquisição de bordados, insígnias e bombachas ocorra sob a égide da legalidade e da padronização logística da Força Terrestre.

12.3. Para a coordenação das compras públicas, o Comando da 5ª Região Militar elabora anualmente o Plano Anual de Contratações (PAC), em consonância com o Decreto nº 10.947/2022. Este instrumento abrange desde o planejamento da demanda até a formalização das contratações, sendo fundamental para a organização e transparência dos processos de aquisição.

12.4. As aquisições e contratações de serviços na 5ª RM são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de acompanhamento, com a participação dos gestores e do Comando. Nesses encontros, são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos e do Plano Anual de Contratações (PAC), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas, garantindo a execução orçamentária.

12.5. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por orientações direcionadas a todos os militares envolvidos com as contratações, onde todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado para suas responsabilidades. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares (OMs) envolvidas, com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes.

12.6. A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente é analisada e conferida pelo setor responsável pelo processo, incluindo a descrição do objeto e as quantidades. Possíveis falhas são diagnosticadas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de planejamento é finalizada com a definição da demanda por meio dos Documentos de Oficialização da Demanda (DOD) e os processos têm sua ordem de confecção definida de acordo com a mão de obra disponível e critérios como: vencimento do contrato vigente, relevância e necessidade da contratação.

12.7. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pela autoridade competente.

12.8. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano, em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos de controle interno, entre outros.

12.9. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC. No entanto, ocasionalmente, podem ser incluídas demandas não previstas, mediante justificativa apropriada. O setor responsável realiza orientações detalhadas com as OMs Apoiadas, nas quais são dadas instruções sobre o preenchimento dos documentos, sobre estimativa e justificativa das demandas, informação da dinâmica por tipo de demanda, definição de prazos para cada área enviar seus Termos de Oficialização da Demanda, e são sanadas as dúvidas das áreas demandantes.

12.10. O registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos é mantido, possibilitando maior transparência aos procedimentos de contratação da 5ª RM. A definição de responsáveis e prazos para cada fase do planejamento é estabelecida internamente, assegurando a clareza nas atribuições e a pontualidade na execução.

12.11. A presente contratação foi planejada com base no levantamento minucioso das necessidades de fardamento dos 19 (dezenove) Tiros de Guerra jurisdictionados à 5ª RM. O objeto é essencial para a manutenção da identidade visual e operacional dos atiradores,

suprindo demandas sazonais e específicas que não são atendidas pelo fluxo logístico centralizado, garantindo assim a higidez da instrução militar e a apresentação individual do efetivo.

12.12. A demanda está devidamente consolidada no Plano Anual de Contratações (PAC) da 5ª RM, tendo sido submetida às etapas de crítica e validação pelas seções de planejamento, o que assegura a disponibilidade orçamentária e a tempestividade da entrega frente ao calendário de instrução dos TGs.

12.13. A viabilidade desta contratação foi tecnicamente ratificada durante a fase de planejamento, considerando sua relevância estratégica para a operacionalidade das Organizações Militares apoiadas. Com a conclusão desta análise, o processo progrediu para a fase de execução, visando uma contratação que harmonize o menor preço global com a excelência técnica necessária para o suporte logístico regional.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. A principal melhoria esperada com esta contratação é a garantia da padronização e disponibilidade de itens e acessórios obrigatórios para os 9º e 14º uniformes, assegurando a apresentação individual e o fortalecimento da identidade visual dos atiradores. Além disso, busca-se a eficiência administrativa por meio de um fornecimento regular que evite rupturas de estoque e garanta a conformidade técnica dos bordados e insígnias com o Regulamento de Uniformes do Exército (RUE).

13.2. A estruturação da contratação por meio de lotes regionais resulta em significativo benefício de economicidade e no melhor aproveitamento dos recursos financeiros. Essa abordagem otimiza a logística de distribuição ao aproximar o fornecedor do ponto de entrega (Tiros de Guerra), minimizando custos de frete e riscos de atrasos inerentes a grandes deslocamentos territoriais. A economia de escala, aliada à competitividade regional, garante condições comerciais vantajosas para a Administração Pública, assegurando a previsibilidade orçamentária e um controle mais eficiente dos gastos por área de atuação.

13.3. Adicionalmente, a escolha da modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de Menor Preço por Lote, reforça o compromisso com a economicidade e a eficiência na aplicação dos recursos. Esta estratégia promove a ampla participação de empresas, inclusive de pequeno e médio porte com atuação regional, o que fomenta a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para cada localidade. A divisão em lotes também confere maior segurança institucional ao Comando da 5ª Região Militar, pois a diversificação de fornecedores mitiga o risco de interrupção total do fornecimento em caso de inadimplência contratual de uma única empresa.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. Após a finalização e aprovação formal deste Estudo Técnico Preliminar, o Comando da 5ª Região Militar deverá iniciar a elaboração do Termo de Referência, documento fundamental que detalhará exaustivamente o objeto da contratação. Este Termo de Referência especificará os requisitos técnicos, padrões de qualidade e desempenho esperados para a aquisição dos bens e dos serviços a serem contratados.

14.2. Será imperativa a obtenção da devida dotação orçamentária e a emissão do empenho correspondente, assegurando a disponibilidade de recursos financeiros para cobrir o valor estimado da presente contratação, conforme os trâmites estabelecidos para o Ministério da Defesa e o Exército Brasileiro. Paralelamente, o processo licitatório completo, incluindo o ETP, Termo de Referência e minuta do Edital, deverá ser submetido à análise e parecer da Assessoria Jurídica, visando verificar a conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, garantindo a segurança jurídica da contratação.

14.3. O Comando da 5ª Região Militar deverá designar formalmente a equipe de planejamento, gestão e fiscalização do contrato. Essa equipe será composta por servidores com competências técnicas e gerenciais adequadas, cuja formação e capacitação deverão ser continuamente aprimoradas.

14.4. A Administração deverá proceder à pesquisa de mercado atualizada, a fim de balizar os preços de referência para o Termo de Referência, observando os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 10.024/2019 e na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021. Além disso, será finalizada a minuta do Edital de Pregão Eletrônico, incluindo as condições de participação, critérios de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, qualificação técnica e econômico-financeira que sejam pertinentes e proporcionais ao objeto. Serão também definidos os modelos de planilhas de custos e demais anexos necessários à apresentação das propostas pelos licitantes, garantindo a clareza e transparência do certame.

14.5. Em alinhamento com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, o Edital de licitação e o Termo de Referência deverão incorporar cláusulas que incentivem a participação de fornecedores que demonstrem práticas ambientalmente responsáveis, uso racional de recursos, gestão adequada de resíduos e aderência a padrões de sustentabilidade reconhecidos. Tais requisitos deverão ser devidamente justificados e proporcionais ao objeto da contratação, sem configurar restrição indevida à competitividade.

14.6. Após a conclusão de todas as etapas preparatórias, incluindo a aprovação jurídica e a confirmação orçamentária, a Administração deverá providenciar a publicação do aviso de licitação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e, quando cabível, em outros veículos de comunicação, em estrita observância aos prazos e formalidades previstos na Lei nº 14.133/2021, visando a ampla divulgação e a máxima competitividade do certame.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. A aquisição de bordados, sutaches de identificação e insígnias para os Tiros de Guerra, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, prioriza o desenvolvimento sustentável para mitigar impactos fabris como a geração de resíduos têxteis (retalhos, entretelas) e consumo energético. A contratação exige práticas de produção limpa, segregação na fonte e gestão de resíduos sólidos, incluindo a logística reversa de materiais, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


16.1. Justificativa da Viabilidade

Diante dos fatos expostos neste Estudo Técnico Preliminar e da análise das alternativas apresentadas, tomando como diretriz superior a imperiosa necessidade de prover um pacote integrado de serviços logísticos essenciais, abrangendo confecção de bordados e cadarços de identificação (sutaches), insígnias e bombachas bem como a distribuição do material nos 19 (dezenove) Tiros de Guerra da 5ª Região Militar, esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação.

16.2. A viabilidade da solução de contratação adotada, que consiste na aquisição de um pacote integrado e abrangente de serviços por meio de uma única empresa especializada, fundamenta-se na otimização da alocação de responsabilidades, na centralização da execução e na minimização de riscos de falhas de coordenação, elementos cruciais para a consecução bem-sucedida de um evento de porte internacional e complexidade elevada. Esta abordagem garante as condições de dignidade, segurança, salubridade e o pleno desempenho operacional dos cerca de 670 participantes, assegurando o sucesso das atividades de planejamento, simulação e execução no terreno. Adicionalmente, a demanda enquadra-se como serviço comum, com padrões de qualidade e desempenho objetivamente definíveis, e a contratação se alinha aos princípios do desenvolvimento nacional sustentável, conforme a Lei nº 14.133/2021 e o Decreto nº 8.540/2015, representando inequívoco interesse público e uma decisão estratégica para a imagem do Brasil como anfitrião confiável.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado digitalmente
 **DEMIAN DE OLIVEIRA**
Data: 28/04/2026 17:57:50-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DEMIAN DE OLIVEIRA

Equipe de apoio

TACIANE ROCHA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 17:48:11.

MODELO DE TERMO DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
5ª REGIÃO MILITAR
“REGIÃO HERÓIS DA LAPA”**

Processo Administrativo nº 64317.008643/2026-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO COMANDO DA
5ª REGIÃO MILITAR
E

A União, por intermédio do(a) Comando da 5ª Região Militar, com sede no(a) Rua 31 de março, s/n - Pinheirinho, na cidade de Curitiba-PR, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 09.552.692/0001-55, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, Sr. Cel R1 WAGNER SOARES DE AGUIAR, nomeado(a) pela Boletim Regional nº 22 do Cmdo 5ª RM de 19 de março de 2024, competência delegada pelo Sr. Comandante da 5ª Região Militar General de Brigada RICHARD WALLACE SCOTT MURRAY, publicada no DOU nº 221 – Seção 2 de 14/11/2024, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 64317.008643/2026-68 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90006/2026 mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de material de intendência — Bandeiras Nacionais bordadas, insígnias — bem como a prestação de serviços de confecção de Tiro de Guerra, distintivos de Organização Militar e sutaches bordados em camisas do 9º e 14º uniformes do Exército Brasileiro (identificação de posto/graduação/assemelhado e nomes de guerra nas camisas meia-manga camufladas e sem manga brancas), destinados ao fardamento de identificação dos atiradores de 19 Tiros de Guerra vinculados à 5ª Região Militar, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR
------	---------------	--------	------------	------------	-------	-------

			MEDIDA		UNITÁRIO	TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (ANO)** contados da assinatura do preço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
 - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
 - 8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de *15 dias úteis admitida a prorrogação motivada, por igual período*;

8.1.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais*;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. *As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.*
- 10.2. *Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.*
- 10.3. *É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.*
- 10.4. *A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.*
- 10.5. *Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.*
- 10.6. *É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.*
- 10.7. *O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.*
- 10.8. *O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.*

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readaptação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratua.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal do Paraná, Seção Judiciária de *Curitiba* para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

MODELO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO SUL
5ª REGIÃO MILITAR
“REGIÃO HERÓIS DA LAPA”

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **COMANDO DA 5ª REGIÃO MILITAR**

Processo Administrativo nº 64317.008643/2026-68

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A União, por intermédio do(a) Comando da 5ª Região Militar, com sede no(a) *Rua 31 de março, s/n - Pinheirinho*, na cidade de *Curitiba-PR*, inscrito(a) no CNPJ sob o nº *09.552.692/0001-55*, neste ato representado(a) pelo(a) Ordenador de Despesas, Sr. Cel R1 WAGNER SOARES DE AGUIAR, nomeado(a) pela Boletim Regional nº 22 do Cmdo 5ª RM de 19 de março de 2024, competência delegada pelo Sr. Comandante da 5ª Região Militar General de Brigada RICHARD WALLACE SCOTT MURRAY, publicada no *DOU nº 221 – Seção 2* de 14/11/2024, considerando o julgamento da licitação por meio de Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90006/2025, publicada no DOU de 18/08/2025, processo administrativo n.º 64317.021288/2025-31, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual *aquisição de material de intendência — Bandeiras Nacionais bordadas, insígnias — bem como a prestação de serviços de confecção de Tiro de Guerra, distintivos de Organização Militar e sutaches bordados em camisas do 9º e 14º uniformes do Exército Brasileiro (identificação de posto/graduação/assemelhado e nomes de guerra nas camisas meia-manga camufladas e sem manga brancas)*, destinados ao fardamento de identificação dos atiradores de 19 Tiros de Guerra vinculados à 5ª Região Militar, especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo I do *edital de licitação* n.º 90006/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o *Comando da 5ª Região Militar*.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.:*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS *(item obrigatório)*

4.1. *Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.*

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, *poderá* ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *edital* e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
 - 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no *[edital]* e
 - 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que

avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao *edital*.

11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade